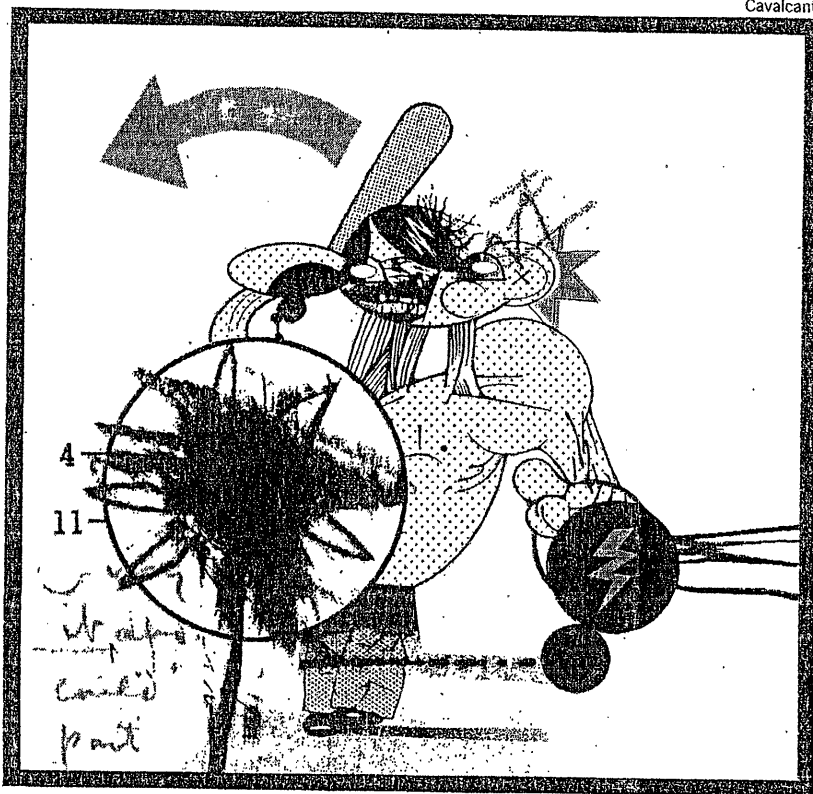


Uma agenda para Johannesburgo

O GLOBO • Terça-feira, 6 de agosto de 2002

JOSÉ CARLOS DE CARVALHO e
JERSON KELMAN

Cavalcante



A próxima reunião de cúpula sobre o meio ambiente em Johannesburgo, que se realiza dez anos depois da Conferência Rio-92, poderá ser palco de reclamações aos governos dos países ricos. Duas delas se destacam: (a) vários destes governos, a começar pelo dos EUA, ainda não confirmaram o Protocolo de Kioto, a mais sólida tentativa internacional de conter a emissão de gases e a poluição global (efeito estufa) que, por extensão, causam o aquecimento do planeta. Enquanto isso, um terço do petróleo produzido no mundo é consumido nos EUA, sem qualquer sentimento de culpa. O ônus é dividido por poucos. O ônus recai sobre todos; (b) os governos dos países ricos defendem a globalização quando se trata da venda de seus produtos em nossos mercados. Mas, quando se trata do fluxo comercial em sentido contrário, são ágeis em impor barreiras alfandegárias ou subsidiar a proteção de seus próprios produtos. Das dificuldades em manter nosso crescimento econômico e, por tabela, criar empregos e infra-estrutura básica para os pobres, condição essencial para a solução das causas da poluição associada à pobreza, por exemplo, falta de saneamento.

Seria um equívoco transformar Johannesburgo numa tribuna de lamúrias contra a falta de solidariedade dos países ricos. Ao contrário, devemos seguir a orientação do presidente Fernando Henrique Cardoso, que sugeriu uma abordagem focada em poucos temas com razoável expectativa de sucesso. Mas o cenário

atual não é muito favorável. Nós, governos de países em desenvolvimento, juntamente com algumas ONG's de países ricos, estamos lutando para convencer os governos dos países ricos da necessidade de mudança em seus padrões de consumo, para diminuição da poluição global. Eles nos sugerem um esforço conjunto para diminuição da pobreza que resultará, entre outros benefícios, na queda nos níveis da poluição local.

Temos razões para duvidar da eficácia destas boas intenções. Durante a Conferência Rio-92 os países ricos concordaram em elevar o apoio eco-

nômico para nosso desenvolvimento sustentável de 0,4% para 0,7% do PIB. Passados dez anos, esta porcentagem não cresceu. Ao contrário, se reduziu para 0,2%!

Nesse contexto, nosso posicionamento em Johannesburgo será baseado em dois conceitos. Primeiro: o Brasil permanece na firme defesa de consensos já alcançados dez anos atrás. Não podemos permitir que a Conferência de Johannesburgo, "Rio mais 10", se transforme em "Rio menos 20".

Por outro lado, devemos reconhecer que um brasileiro que utiliza au-

tomóvel em Brasília contribui tanto para o efeito estufa quanto um americano que o faz em Washington. Isto quer dizer que todos nós, consumidores ricos, não importa se cidadãos de país pobre ou rico, contribuimos para a poluição global.

Segundo: é possível criar uma estratégia de combate à poluição associada à pobreza que não seja uma minguada esmola dos países ricos. Com eficácia para atender, em todo o mundo, a 1,1 bilhão de pessoas que não têm suprimento de água potável, a 2,4 bilhões que têm que conviver com valas fétidas, por falta de rede de coleta de esgoto, e a 4 bilhões que têm que conviver com rios contaminados, por falta de tratamento de esgoto.

Estamos iniciando um processo de consultas para, se houver apoio, propor que em Johannesburgo seja assinado um tratado, para aplicação tanto em países ricos quanto nos pobres, sujeito a posterior ratificação pelos correspondentes Congressos, que crie a contribuição de um dólar sobre o valor de venda de cada barril de petróleo em benefício de uma entidade financeira, que poderíamos provisoriamente chamar de Fundo Internacional da Água.

A imposição desta contribuição significaria, em escala global, a aplicação do princípio poluidor-pagador, que nós no Brasil já estamos aplicando na escala da bacia hidrográfica. O cidadão e consumidor que estiver contribuindo para o efeito estufa, em qualquer lugar do planeta, sentirá no bolso parte do custo que causa a toda a Humanidade.

Se todos os países aderirem, a arrecadação do Fundo será da ordem de US\$ 30 bilhões por ano, o suficien-

te para resolver o déficit atual de abastecimento de água e de saneamento para as populações pobres do mundo inteiro, em menos de 20 anos.

É razoável que muitos questionem a eficácia da iniciativa, com receio de que rios de dinheiro escoem para os ralos da corrupção dos países pobres. Para responder a esta inquietação, o Fundo deverá ser gerenciado de forma criativa. Ao contrário do que ocorre, os recursos arrecadados não serão aplicados no financiamento da construção de infra-estrutura ou na compra de equipamentos. Isto porque a experiência demonstra que grande parte dos projetos em países não-ricos consome recursos financeiros sem jamais chegar à fase operativa.

O lobby empresarial atua para que se instale infra-estrutura, mas não para que ela seja operada. Em nossa proposta, o Fundo pagará às empresas prestadoras de serviço de saneamento pelo atendimento às populações pobres e, assim, não financiará promessas. Pagará, isto sim, por resultados.

O Fundo criará um novo mercado de serviços. O razoável é que este mercado seja acessível globalmente, e não apenas localmente. Isto significará novas oportunidades de negócios para empresas, tanto de países pobres como dos ricos. Afinal, o grande desafio na implementação de regulação do regime capitalista é fazer com que os indivíduos, ao buscarem realização pessoal, contribuam para a realização coletiva.

JOSÉ CARLOS DE CARVALHO é ministro do Meio Ambiente; JERSON KELMAN é diretor-presidente da Agência Nacional de Águas.